

Apoiar a CPI é impatriótico, diz Bornhausen

Fotos Dida Sampaio/AE

**Presidente do PFL
adverte aliados de que
não é o momento de
alimentar divergências**

MARIÂNGELA HAMU
e LUIZ FERNANDO RILA

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), costuma ser direto. É assim no caso da comissão parlamentar de inquérito (CPI) pedida pela oposição para investigar episódios sob suspeita de corrupção ocorridos na esfera da administração federal. "Não existe temor em relação à CPI, existe o bom senso de não atrapalhar o País", diz. "O meu partido, em sua maioria, é patrioticamente contra a formação de um palco para a oposição que só atrapalhará o Brasil real que está crescendo feliz, com a inflação contida e com a diminuição da taxa de desemprego."

Nesta entrevista ao *Estado*, Bornhausen é lacônico ao comentar sua relação com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de quem está cada vez mais distante. Ainda assim, ele critica indiretamente o pivô da crise política vivida pelo governo. "A moralidade na administração pública é fundamental, mas não pode ser o único tema do debate político. O Congresso não pode parar em função de acusações e de divergências pessoais", afirma. "É preciso avançar nas votações e não perturbar o processo de crescimento do País."

Estado – Como presidente do PFL, o senhor acha que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez um bom negócio ao optar por uma parceria preferencial com o PMDB?

Jorge Bornhausen – A economia internacional está trepidando. A crise na Argentina, nosso maior parceiro no Mercosul, é gravíssima. Não é hora de estarmos discutindo diferenças na base governista, tampouco de admitirmos oposição cega. A classe política deve fazer uma séria reflexão e, com espírito público e patriotismo, deixar as divergências de lado e ajudar o País.

Estado – E o seu partido, pensa o mesmo?

Bornhausen – Acredito que sim.

Estado – Inclusive o senador Antonio Carlos Magalhães?

Bornhausen – Com todo o respeito, a pergunta deve ser dirigida ao senador.

Estado – Como estão suas relações com ele?

Bornhausen – Normais e com divergências reciprocamente respeitadas.

Estado – Como ele reagiu à substituição de um carlista no comando da Eletrobrás por um nome indicado pelo senhor?

Bornhausen – As reações do senador foram estampadas pelos jornais da quarta-feira.

Estado – Quando foi a última vez que o senhor e ACM conversaram?

Bornhausen – Pessoalmente no dia 16, em São Paulo, na entrega do Prêmio Luís Eduardo Magalhães. Por telefone, no dia 21.

Estado – E com o senador Jader Barbalho? O senhor tem conversado?



“Não é hora de estarmos discutindo diferenças na base governista, tampouco de admitirmos oposição cega.

O Brasil real não está vivendo a crise política. Sinto esse clima claramente quando estou em Santa Catarina.

Não existe temor em relação à CPI, existe o bom senso de não atrapalhar o País.

A moralidade na administração pública é fundamental, mas não pode ser o único tema do debate político. O Congresso não pode parar em função de acusações e de divergências pessoais.

Bornhausen – Normalmente, quando nos encontramos no Senado ou em solenidades.

Estado – Qual desses dois “aliados do governo” o senhor acha que dá mais trabalho ao presidente?

Bornhausen – Quem melhor pode responder é o próprio presidente Fernando Henrique.

Estado – O sr. acha possível conter uma crise quando seus protagonistas não parecem interessados em trégua?

Bornhausen – O Brasil real não está vivendo a crise política. Sinto esse clima claramente quando estou em Santa Catarina, onde se trabalha independentemente dos duelos. Portanto, os protagonistas estão fora da realidade brasileira.

Estado – Qual a gravidade da crise política que Fernando Henrique enfrenta no momento?

Bornhausen – A gravidade aumenta na medida em que a economia internacional dá sinais de intranquilidade. Se a classe política mantiver a crise, desconhecendo a realidade globalizada, estará agindo impatrioticamente. Isso vale para a base governista e para a oposição.

Estado – Por que o governo teme tanto uma CPI?

Bornhausen – As CPIs, normalmente, paralisam os trabalhos legislativos e ofuscam as ações administrativas. É muito melhor para o Brasil que o Congresso vote a reforma política, a reforma tributária e a reforma do Judiciário enquanto o Ministé-

rio Público e o Poder Judiciário tratam de esclarecer as denúncias e punir culpados. Não existe temor em relação à CPI, existe o bom senso de não atrapalhar o País.

Estado – O senhor concorda com o presidente Fernando Henrique?

Bornhausen – Integralmente no que diz respeito à impatriótica CPI.

Estado – Se as oposições realmente conseguirem o número suficiente de assinaturas para instalar a CPI da Corrupção, como se comportará o seu partido?

Bornhausen – O meu partido, em sua grande maioria, é patrioticamente contra a formação de um palco para a oposição que só atrapalhará o Brasil real que está crescendo feliz, com a inflação contida e com a diminuição da taxa de desemprego.

Estado – O que o sr. acha da tese defendida pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), segundo a qual a melhor forma de debelar a crise é antecipar a campanha presidencial?

Bornhausen – O candidato do PPS está em campanha desde o dia em que acabou a apuração em 1998. Se quer parceiros agora, é porque, talvez, seu fôlego esteja definhando.

Estado – Estão dizendo que o senhor considera Geraldo Alckmin (PSDB), um bom candidato à sucessão de Fernando Henrique. Por que o senhor acha que o recém-empossado governador de São Paulo está maduro para disputar a Presidência?

Bornhausen – O governador Alckmin é um político ético e competente que, certamente, terminará com sucesso a administração exemplar do governador Mário Covas. Quanto à escolha de candidatos do PSDB à Presidência, é assunto que foge à minha alçada.

Estado – Até agora o PMDB tem Itamar Franco e Pedro Simon, o PSDB tem Tasso Jereissati e José Serra, o PPS tem o Ciro Gomes e o PT tem Luiz Inácio Lula da Silva. Por que o PFL, por enquanto, só tem candidatos a vice nas eleições de 2002?

Bornhausen – O PFL é o único partido que age de forma correta em relação à sucessão presidencial. Antes de escolhermos candidatos, estamos elaborando um plano de governo. O trabalho vem sendo executado por técnicos e políticos, em sintonia fina com a sociedade, levando em conta, especialmente, o resgate de nossa dívida social. Só após concluirmos o plano é que deveremos escolher nosso candidato ou candidata, de acordo com decisão em favor de candidatura própria, estabelecida na convenção de 1999.

Estado – O sr. acha que o Congresso pode, a curto prazo, retomar normalmente os trabalhos?

Bornhausen – Não só pode como deve. E deve tratar imediatamente da reforma política que, por razões constitucionais, para ter efeito nas eleições de 2002, terá de ser aprovada até o fim de setembro deste ano.

Estado – O senador ACM afirmou sexta-feira que não se deve dizer que as “perturbações políticas” prejudicam a economia, pois “o que prejudica é a falta de moralidade na administração pública”. O sr. concorda?

Bornhausen – A moralidade na administração pública é fundamental, mas não pode ser o único tema do debate político. O Congresso não pode parar em função de acusações e de divergências pessoais. É preciso avançar nas votações e não perturbar o processo de crescimento do País.

Estado – Que agenda o senhor considera prioritária para o País?

Bornhausen – A reforma política, com a instituição da fidelidade partidária e o fim das legendas de aluguel. A partir daí poderemos chegar à reforma tributária, que deverá simplificar impostos e determinar o fim das taxas em cascata, e à do Judiciário. Avançar é preciso.